

AS COMPETÊNCIAS DA BNCC E AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM

THE BNCC COMPETENCIES AND PEDAGOGICAL TRENDS IN THE TEACHING/LEARNING PROCESS

Tatiane Moura da Silva¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as possibilidades de ensino a partir do que preconizam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as tendências pedagógicas no processo de ensino/aprendizagem da educação básica brasileira. Buscamos enfatizar que, para o professor, o processo de ensino exige uma preparação elaborada e complexa que vai além dos conteúdos abordados em sala de aula, que envolvem um estudo do currículo, das normas e leis escolares, juntamente com as tendências pedagógicas, para garantir uma aprendizagem significativa e de qualidade para os alunos. Para a elaboração deste artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, tendo como referencial teórico sobre as Tendências Pedagógicas Liberais e Progressistas, os autores Silva (2018), Apolinário, Tarragó e Ferst (2021), baseando-se nas importantes leis do país como a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN (1997-2013) e o Plano Nacional de Educação - PNE (2014) que reconhecem, em seus artigos, a necessidade da elaboração da BNCC para sistematizar os conteúdos básicos que os alunos da educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio possuem como direito no processo de aprendizagem que deve acontecer, simultaneamente, em todas as escolas públicas e privadas do Brasil.

Palavras-chave: BNCC. Tendências Pedagógicas. Ensino. Aprendizagem.

ABSTRACT

The present article aims to analyze the possibilities of teaching from what the National Common Curricular Base (BNCC) and pedagogical trends advocate in the teaching/learning process of Brazilian basic education. We seek to emphasize that, for the teacher, the teaching process requires an elaborate and complex preparation that goes beyond the content covered in the classroom, which involves a study of the curriculum, the school rules, and laws, along with pedagogical trends to ensure meaningful and quality learning for students. For the elaboration of this article, a bibliographic research was conducted, having as theoretical reference about the Liberal and Progressive Pedagogical Trends, the authors Silva (2018), Apolinário, Tarragó, and Ferst (2021), basing on the important laws of the country as the Federal Constitution (1988), the Law of Directives and Bases - LDB (1996), the National Curriculum Guidelines - DCNs (1997-2013), and the National Education Plan - PNE (2014), which recognize in their articles the need for the elaboration of the BNCC to systematize the basic content that students in early childhood education, elementary school I and II, and high school have the right to in the learning process that should happen simultaneously in all public and private schools in Brazil.

Keywords: BNCC. Pedagogical Trends. Teaching. Learning.

¹ Especialista em Metodologia do ensino das Línguas Portuguesa e Inglesa pela Faculdade Única. Graduada em Letras-Ingês pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Graduanda em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: tatianymoura_bep@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A Educação é a base de tudo. É um processo contínuo que auxilia na garantia de uma sociedade mais justa e igualitária, mas ninguém aprende da mesma forma, cada um aprende de uma maneira diferente, pois cada um tem seu ponto de vista, suas dificuldades e seu tempo para aprender. Visto que todos do ambiente escolar desempenham um papel importante na melhoria educacional, é primordial que haja uma reflexão e dedicação para transformar continuamente esse processo, para possibilitar que o professor analise melhor as dificuldades de cada aluno e que possa estimulá-lo a aprender na prática, assegurando uma autonomia na aprendizagem.

As leis educacionais são sancionadas para garantir uma aprendizagem de qualidade para todos os cidadãos. Em vista disso, a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN (1997-2013) e o Plano Nacional da Educação - PNE (2014) reconheceram, em seus artigos e incisos, a necessidade da elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular, para a organização de conteúdos essenciais que os alunos da educação infantil, ensino fundamental I e II e ensino médio de todas as escolas das redes públicas e privadas do Brasil têm o direito de aprender, associando às demandas atuais.

As tendências pedagógicas englobam pensamentos filosóficos acerca dos métodos de aprendizagem e são divididas em dois modelos, que são o Liberal, que defende a educação tradicional, e o modelo Progressista, que enxerga a educação como uma forma de transformar a sociedade. Essas tendências visam orientar na elaboração de metodologias de ensino que mais se adequem à necessidade da turma.

Diante disso, busca-se neste trabalho analisar a relação entre a Base Nacional Comum Curricular e as tendências pedagógicas, com o intuito de mostrar que o processo de ensino-aprendizagem vai muito além dos conhecimentos transmitidos pelo professor em sala de aula e exige uma preparação complexa que envolve normas, leis, currículos, tendências, entre outros.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA: as leis que fortalecem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 22 de dezembro de 2017, é um documento constituído de normas e direitos educacionais, que funciona como um guia curricular que auxilia na elaboração dos currículos pedagógicos das escolas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros, determinando os conhecimentos necessários que os alunos precisam receber, relacionando-os com os assuntos fundamentais do mundo

contemporâneo, de acordo com o que asseguram e preconizam a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN (1997-2013) e o Plano Nacional da Educação - PNE (2014).

Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição Federal Brasileira, também conhecida como a “Constituição cidadã”, que foi elaborada por uma Assembleia Constituinte, em vigor na atualidade, e engloba as leis essenciais para a normatização e a coordenação do país. A Constituição de 88 vem garantindo a volta do processo democrático íntegro e dos direitos e deveres dos cidadãos na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 prevê a BNCC, em seu Art. 210, que discorre que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). Ou seja, a lei preceitua uma aprendizagem padronizada e gradativa nas escolas brasileiras, por meio de conhecimentos básicos fundamentais para os discentes desenvolverem no decorrer dos níveis da Educação Básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu Inciso IV do Artigo 9º, prevê a necessidade da implementação da BNCC, pois declara que a União, junto dos Estados, Municípios e do Distrito Federal, deve desenvolver diretrizes e competências para todas as etapas da Educação Básica, que irão orientar os currículos e determinar conteúdos mínimos que deverão ser aprendidos na formação básica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN são um documento normativo originado da LDB de 1996, que norteia o planejamento curricular das escolas brasileiras, elaborado e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), um órgão do Ministério da Educação do Brasil, que fixa e avalia a política nacional de educação que se empenha para suprir as necessidades educacionais.

O artigo 14 das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) reafirma o quão é relevante uma Base Nacional Comum para as modalidades da Educação Básica, constituindo-a como “conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas [...]” (BRASIL, 2010). A partir das DCN, entre os anos de 1997 e 1998, foram desenvolvidos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental e, em 1999, para o Ensino Médio. Os PCN são construídos por disciplinas, para assegurar uma autonomia na utilização dos conteúdos escolares, de acordo com o contexto escolar e a regionalidade na qual o aluno está inserido.

O Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado no dia 26 de julho de 2014, com

validade de 10 anos, é uma lei brasileira que determina diretrizes e metas que auxiliam na evolução da educação, associando-as à entidade federativa para que possam estipular seus próprios parâmetros para alcançar as metas ali estabelecidas.

Em 2014, o Plano Nacional da Educação (PNE) fortalece a ideia de que é primordial construir um conjunto de orientações pedagógicas e uma base nacional comum que possa guiar os currículos ao longo da Educação Básica, determinando a BNCC como um meio para conseguir obter as metas 1, 2, 3 e 7.

A carência de um orientador para a construção comum curricular prevista nas leis mais importantes do país e da educação, como a Constituição de 88, a LDB, as DCN e o PNE, resultaram na elaboração da BNCC, que passou por três versões para, finalmente, ser homologada em 2017. Após a BNCC ser formulada, as DCN continuam em vigor, pois, apesar de regulamentar a condução do planejamento curricular, um documento complementa o outro, visto que, enquanto as DCN norteiam a estruturação do currículo, a BNCC norteia as competências e os conteúdos essenciais do currículo.

AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Com o passar dos anos, a escola percebeu o quão é importante relacionar os conteúdos abordados em sala de aula à realidade social do aluno. Diante disso, originaram-se as tendências pedagógicas, que englobam os pensamentos de alguns educadores e filósofos que compartilharam reflexões e orientações sobre metodologias de ensino que valorizam a pluralidade de ideias do discente e auxiliam o professor a buscar novos métodos de ensino, com o intuito de manter o educando envolvido no processo de aprendizagem.

As tendências pedagógicas brasileiras são divididas em duas linhas de pensamento: Tendências Liberais e Tendências Progressistas. Apesar de o nome “liberal” nos levar a pensar em algo democrático, as Tendências Liberais são o oposto disso, pois surgiram com o incentivo da sociedade capitalista para conduzir o estudante, através de competências, a adaptar-se aos padrões e princípios postos pela sociedade para cumprir o seu papel social. No modelo Liberal, existem quatro tendências pedagógicas, que são: Tradicional, Renovada Progressivista, Renovada Não-diretiva e Tecnicista. A tendência pedagógica Tradicional foi a primeira a ser inserida no sistema de ensino brasileiro. Nesse modelo, o professor está no centro da aprendizagem, preparando o educando, moral e intelectualmente, para a sociedade, transmitindo o seu conhecimento como verdade absoluta. Essa tendência favorece uma

aprendizagem mecânica, baseada em memorização e repetição do conteúdo trabalhado.

A tendência Renovada Progressivista foi a segunda tendência pedagógica introduzida na educação brasileira. Essa tendência baseia-se na ideia de que o aluno não apenas recebe as informações passivamente, mas constrói ativamente o seu conhecimento na prática através de atividades que o incentivem nessa construção.

A tendência Renovada Não-diretiva é baseada nos aspectos afetivos e emocionais do discente. Essa tendência valoriza o conhecimento que o indivíduo traz para a sala de aula, através de sua vivência na sociedade, com ênfase nos aspectos psicológicos, com o intuito de auxiliar no processo de desenvolvimento de atitude, relação e comunicação.

A tendência Tecnicista, também conhecida como tendência Behaviorista, é fundamentada em teorias comportamentalistas, que têm como intuito preparar o educando, através de técnicas específicas, para suprir a demanda do capitalismo. Nessa tendência, não há espaço para o aluno dialogar ou compartilhar o seu conhecimento, pois o professor atua como o “dono do saber”, enquanto o discente atua como sujeito passivo, ou seja, o professor transmite o conhecimento e o aluno apenas o recebe.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 resultou em um grande progresso no que diz respeito aos direitos dos cidadãos e trouxe uma reorganização nos aspectos educacionais. Com isso, sentiu-se a necessidade de um aperfeiçoamento nas tendências pedagógicas e, posteriormente, surgiram as tendências pedagógicas Progressistas.

As tendências Progressistas surgiram da necessidade de refletir criticamente sobre a realidade social do educando, garantindo, de maneira implícita, o propósito sociopolítico da educação, indo na contramão das ideias impostas pelo capitalismo. O modelo Progressista possui três tendências pedagógicas, que são: Libertadora, Libertária e Crítico-social.

A tendência Libertadora, também conhecida como a tendência de Paulo Freire, deixa de lado os conteúdos tradicionais e o autoritarismo do professor para dar espaço aos conteúdos baseados em questões vivenciadas pelo aluno no dia a dia. Nessa tendência, o foco está nas discussões em grupo, com temas sociais e políticos, com o intuito de promover uma transformação social através do pensamento crítico e do desenvolvimento da consciência política do estudante.

Na tendência Libertária, a escola tem o objetivo de transformar a personalidade do discente, tendo como base o autogerenciamento. Assim como a Libertadora, a tendência Libertária não defende o autoritarismo educacional, pois ela proporciona independência para que o estudante não se sinta pressionado e possa adquirir conhecimento através da interação em

grupo.

A tendência Crítico-social tem como princípio norteador o conhecimento histórico adquirido por meio da coletividade. Essa tendência coloca o aluno no centro da aprendizagem, enfatizando a importância do embate entre os conteúdos e a realidade social no desenvolvimento do educando e no processo de democratização social.

Vale ressaltar que, à medida que as novas tendências pedagógicas foram surgindo, não substituíram as tendências antigas, pois as novas tendências foram criadas para suprir as necessidades que foram se revelando ao longo dos anos, e uma tendência foi complementando a outra. Utilizar essas tendências pedagógicas possibilita que o professor reflita sobre o processo de ensino-aprendizagem para adequar-se à realidade social em que o educando se encontra. A partir dessa análise, o professor busca novas abordagens de ensino para que, em seguida, possa aperfeiçoar e contribuir para o progresso da aquisição do conhecimento do aluno.

RELAÇÃO ENTRE AS COMPETÊNCIAS DA BNCC E AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

Desenvolvida com o intuito de nortear a elaboração do currículo educacional do país, a BNCC se baseia em 10 competências gerais, que serão utilizadas em todas as etapas e modalidades da educação básica. Na BNCC, as competências são definidas como “a mobilização de conceitos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018).

A seguir, serão expostas as 10 competências gerais dispostas pela BNCC junto com algumas propostas e posturas que poderão nortear o desenvolvimento de cada uma das competências gerais da BNCC, que são:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Postura e proposta: Desenvolver o conhecimento, utilizando diversos tipos de pesquisa, promovendo discussões com temas históricos, relacionados a problemáticas da sociedade atual.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

Postura e proposta: Estimular o pensamento científico, crítico e criativo por meio de atividades temáticas que incentivem a utilização de diversos meios para investigar (pesquisas), experimentar (cantar/ dançar) e criar (desenhar/ pintar).

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

Postura e proposta: Reconhecer a importância da diversidade cultural, a partir de jogos e brincadeiras que fazem parte das diversidades culturais.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, além de produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

Postura e proposta: Incentivar a comunicação por meio de diferentes linguagens, através da leitura, análise e reescrita de histórias fictícias, como fábulas e contos, para expressar a pluralidade de ideias.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Postura e proposta: Reconhecer a importância das tecnologias digitais no mundo contemporâneo, a partir do uso de aplicativos de comunicação, criação e compartilhamento de ideias.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Postura e proposta: Abordar os diversos tipos de trabalho existentes ao longo da formação social, apresentando os atuais tipos de trabalho para auxiliar na elaboração do projeto de vida.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

Postura e proposta: Construir novos conceitos com base em fatos e informações autênticas, exemplificando e expondo seus argumentos e pontos de vista, por meio de produções textuais.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Postura e proposta: Compreender a importância do autoconhecimento e autocuidado, a partir de discussões sobre obesidade e subnutrição, analisando se os próprios hábitos alimentares são ou não saudáveis.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Postura e proposta: Analisar as consequências do preconceito e desrespeito com o próximo, através de vídeos ou filmes que abordam a temática *Bullying*, proporcionando discussões e o exercício da empatia.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Postura e proposta: Abordar problemas ambientais da região, como, por exemplo, as enchentes, expondo as causas, as consequências e as atitudes que podem prevenir com responsabilidade e a cidadania.

Essas competências são utilizadas na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, mas, ao longo das etapas, essas competências irão progredir os níveis educacionais, adequando-as à forma comum estabelecida pela BNCC para as demais escolas do país. A LDB prevê, em seu Artigo 26, que

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

As competências gerais estabelecidas pela BNCC norteiam o currículo da escola para que o professor possa relacionar as competências à realidade educacional no século XXI e, a partir disso, criar metodologias que incentivem o educando a usar o conhecimento na busca de uma sociedade democrática, incentivando a utilizar o pensamento científico, crítico e criativo, reconhecer a importância da diversidade cultural, comunicar-se por meio de diferentes linguagens, aplicar a cultura digital ao trabalho e projeto de vida, argumentar com base em fatos e informações autênticas, compreender a importância do autoconhecimento e autocuidado, praticar a empatia, a cooperação, a responsabilidade e a cidadania.

O ensino-aprendizagem é um processo contínuo que está em constante mudança e, por isso, o currículo escolar precisa estar sempre atualizado no que tange ao mundo contemporâneo. O currículo escolar, segundo Gama e Duarte (2017, p. 522, *apud* APOLINÁRIO *et al.*, 2021, p. 8) “[...] currículo é o conjunto das atividades nucleares desenvolvidas pela escola”. Ou seja, o currículo deve conter os conteúdos, os conhecimentos e as habilidades mais importantes que o aluno deverá desenvolver ao longo da construção da cognição humana e na percepção da realidade social na qual está inserido. Com base nisso, surgiram as tendências pedagógicas para auxiliar no direcionamento das metodologias de ensino.

A partir disso, analisaremos a relação das quatro primeiras competências elencadas pela

BNCC e as tendências pedagógicas na construção do currículo da escola e nas recomendações sobre quais conteúdos são mais importantes trabalhar e quais métodos utilizar para pôr em prática o que é determinado nas quatro primeiras competências pela BNCC direcionadas para a Educação Básica.

Na primeira competência, é destacada a importância dos saberes históricos para incentivar o educando a utilizar o conhecimento para trilhar o caminho em busca de uma sociedade mais justa e democrática. Essa competência está ligada à tendência Progressista Crítico-social que se fundamenta na relação entre os conteúdos e a realidade social para o desenvolvimento do indivíduo ativo e crítico-social, tendo o professor como orientador nesse processo.

Na segunda competência, recomenda-se utilizar o conhecimento científico para o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo na solução de problemas e aplicar o conhecimento em novas situações. Essa competência evidencia características da tendência Liberal Renovada Progressivista, que defende que o aluno aprende na prática por meio de atividades que o deixem mais próximo da sua realidade e que estimulem a construção ativa do seu conhecimento.

A terceira competência destaca que se deve reconhecer a importância da diversidade cultural e da participação do aluno nos diversos movimentos culturais, assim como a tendência Liberal Renovada Progressivista, que aponta a cultura como elemento facilitador no aprimoramento das habilidades do indivíduo.

A quarta competência recomenda expressar-se e comunicar-se por meio de diferentes linguagens na interação em sociedade. A quarta competência relaciona-se à tendência Libertária, que é fundamentada na transformação da personalidade do educando através do autogerenciamento, com o intuito de promover a independência do aluno.

Percebe-se “que as quatro primeiras competências apresentam em comum a ênfase aos conhecimentos historicamente constituídos, aos conhecimentos das diferentes áreas e ao saber científico” (APOLINÁRIO *et al.*, 2021, p. 11). Portanto, o currículo precisa ser constituído por métodos que estimulem o embate entre teoria e prática nos assuntos trabalhados em sala de aula, ou seja, deverá conduzir o aluno a pôr em prática a teoria apresentada pelo professor e construir os seus próprios conhecimentos, relacionando a realidade atual com os princípios históricos, buscando a transformação de personalidade e a conversão coletiva através da troca de experiência, resultante da comunicação social promovida pela escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que, no mundo contemporâneo, o aluno vem deixando de ser apenas o receptor de conteúdo transmitido pelo professor e vem se tornando protagonista da sua própria aprendizagem. Isso foi se fortalecendo desde que as normas e leis educacionais foram promulgadas ao longo dos anos, especialmente com o surgimento das tendências pedagógicas e da BNCC.

Apesar de a BNCC trazer competências para o currículo escolar, as tendências pedagógicas continuam tendo o mesmo grau de importância na educação, visto que elas induzem o professor a fazer uma reflexão sobre sua metodologia, auxiliando no seu aperfeiçoamento profissional, para que os seus métodos educacionais não despertem no aluno uma mera repetição do conteúdo. É importante valorizar o conhecimento que o educando traz para a sala de aula, possibilitando uma troca de experiência entre o aluno e o professor ao mesmo tempo que trabalha os conteúdos essenciais, promovendo a autonomia no aprender, por meio da pesquisa e da reflexão do conhecimento histórico.

Vale ressaltar que, enquanto a tendência pedagógica Liberal quer manter o professor como autoridade e como o único transmissor do conhecimento, a tendência pedagógica Progressista quer o discente como protagonista da sua aprendizagem. Cada tendência surgiu da reflexão da prática pedagógica, com o intuito de sanar problemas e dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, é interessante que o professor analise as necessidades da turma e relacione as tendências pedagógicas, para utilizar as que mais se adequam naquele momento da prática docente.

A LDB foi sancionada para garantir que todos os cidadãos usufruam do mesmo direito à educação, mas, no processo educacional brasileiro, ainda são necessárias muitas melhorias para que a educação seja assegurada de forma efetiva a todos. Utilizar as competências gerais da BNCC junto com as tendências pedagógicas poderá exercer o papel de garantir a equidade nas escolas do Brasil, como forma de promover uma sociedade mais justa, democrática, igualitária e inclusiva, pois é na escola que o indivíduo se prepara para atuar na sociedade.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Josimeire de Souza Lima; TARRAGÓ, Saiuri Totta; FERST, Enia Maria. Tendências pedagógicas e competências gerais da base nacional comum curricular para a educação básica: implicações para o currículo. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 3, mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.500, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília. 2018. “Introdução” p. 7-21).

MOVIMENTO PELA BASE. **Sobre a BNCC - Linha do tempo**. Disponível em:
<https://movimentopelabase.org.br/linha-do-tempo/> Acesso em: 12 set. 2019.

SANTOS, Raquel Elisabete de Oliveira. Pedagogia histórico crítica: que pedagogia é essa? **Horizontes**, v. 36, n. 2, p. 45-56, maio/ago. 2018.

SILVA, Aracéli Girardi da. Tendências pedagógicas: perspectivas históricas e reflexões para a educação brasileira. **Unoesc & Ciência**, v. 9, n. 1, p. 97-106, jan./jun. 2018.